

SUMÁRIO

SOBRE OS ORGANIZADORES.....	5
APRESENTAÇÃO.....	7
PREFÁCIO	9
ESTRUTURA DA COLEÇÃO	11
ÍNDICE DE AUTORES.....	19

CAPÍTULO I HEDIONDOS

1. Considerações sobre a Lei 8.072, de 25 de julho de 1990 - crimes hediondos ANTONIO SCARANCE FERNANDES.....	25
2. Rigorismo inútil DYRCEU AGUIAR DIAS CINTRA JR.	37
3. Hedionda é a conduta e não o crime praticado JOÃO ESTEVAM DA SILVA	45
4. Lei dos crimes hediondos ou direito penal da severidade: 12 anos de equívocos e casuísmos JOÃO JOSÉ LEAL.....	51
5. Conceito de crime hediondo e o equívoco da Lei 8.072/90 JOÃO JOSÉ LEAL.....	81
6. Crimes hediondos: aplicação e imperfeições da lei JÚLIO FABBRINI MIRABETE	89
7. Crimes hediondos (Lei 8.072, de 25.07.1990) MÁRCIO BÁRTOLI.....	99
8. Temas de Direito Penal - 1. Nosso direito positivo e a tortura; 2. Da inconstitucionalidade do § 1.º do art. 2.º da Lei 8.072, de 25.7.90 MARCO AURÉLIO DE MELLO.....	113

9. Inconstitucionalidade da proibição de liberdade provisória do inciso II do artigo 2.º da Lei 8.072, de 25 de julho de 1990	
ODONE SANGUINÉ	127
CAPÍTULO II	
DROGAS	
10. Aspectos políticos criminales en materia de drogas	
ENRIQUE GARCÍA VITOR.....	139
11. Toxicofilia, um grande desafio	
GENIVAL VELOSO DE FRANÇA.....	159
12. Tóxicos – a maconha e sua criminalização ou descriminalização	
GERALDO GOMES.....	167
13. Políticas (criminais) e o problema das drogas: Evoluções e tendências na República Federal da Alemanha	
H. J. ALBRECHT.....	175
14. Controle penal das drogas e o crime de associação para o tráfico ilícito: comentários ao art. 35, da lei 11.343/2006	
JOÃO JOSÉ LEAL	
RODRIGO JOSÉ LEAL.....	195
15. La política criminal en materia de drogas en España, tras el nuevo Código Penal	
JOSÉ LUIS DE LA CUESTA ARZAMENDI.....	211
16. Razones del fracaso del combate internacional a las drogas y alternativas	
KAI AMBOS.....	249
17. La política antidrogas en colombia y el control constitucional	
MAURICIO MARTÍNEZ SÁNCHEZ.....	279
18. Tóxicos	
ORLANDO GOMES	301
19. Tráfico de drogas	
ROGÉRIO LAURIA TUCCI.....	315

CAPÍTULO III TORTURA

20. Tortura breves anotações sobre a Lei 9.455/97
ALBERTO SILVA FRANCO 327
21. A definição do crime de tortura no ordenamento jurídico penal brasileiro
EDUARDO LUIZ SANTOS CABETTE 351
22. O Brasil e o Protocolo Facultativo à Convenção das Nações Unidas contra a Tortura
FERNANDO SALLA
MARCOS CÉSAR ALVAREZ..... 383
23. Maus-tratos: interpretação do Código Penal e confronto com o delito de tortura
JOÃO JOSÉ CALDEIRA BASTOS..... 411
24. A tortura como crime internacional
MÁRIO COIMBRA 431
25. A Lei nº 9.455/97 revogou o art. 2.º da Lei dos Crimes Hediondos
NEY MOURA TELES 461

CAPÍTULO IV TERRORISMO

26. Entre a civilização e a barbárie
ADAUTO SUANNES 475
27. O terrorismo de esquerda na Itália nos anos setenta - Causas e remédios
ADOLFO CERETTI 501
28. A apertada corda entre o terrorismo e os direitos humanos
DIMITRIS CHRISTOPOULOS 525
29. O terror e a justiça
GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO..... 533

CAPÍTULO V ARMAS

30. Arma de brinquedo
ALBERTO SILVA FRANCO 549
31. Estatuto do desarmamento: medida provisória pode adiar o início de vigência de norma penal incriminadora?
DAMÁSIO DE JESUS..... 555
32. A utilização de arma simulada para a prática de crimes: reflexões sobre a Lei n.º 9.437/97
JULIO FABBRINI MIRABETE 565

CAPÍTULO VI TRÂNSITO

33. A inconstitucionalidade do teste de alcoolemia e o novo código de trânsito
ANDRÉ LUÍS CALLEGARI 575
34. Alguns aspectos penais controvertidos do código de trânsito
CEZAR ROBERTO BITENCOURT 583
35. Perdão judicial nos delitos de trânsito
DAMÁSIO E. DE JESUS 603
36. O sistema punitivo no Código de Trânsito Brasileiro
GERALDO DE FARIA LEMOS PINHEIRO..... 607
37. Alteração de placa ou plaqueta de veículo: um crime de falsidade
GERALDO DE FARIA LEMOS PINHEIRO..... 619

CAPÍTULO VII MENOR

38. Aplicando o Estatuto da Criança e do Adolescente: felicidade e perversão sem limites
ALEXANDRE MORAIS DA ROSA..... 631
39. Tiempo de pena, tiempo de vida - Reflexiones sobre la prisión perpetua de menores
ANA MESSUTI 643

40. Menores infractores-vítimas ante las naciones unidas y el consejo de Europa	
ANTONIO BERISTAIN	663
41. Adolescentes y responsabilidad penal: un debate latinoamericano	
EMILIO GARCIA MENDEZ.....	681
42. Ato infracional, medida sócio-educativa e processo: a nova jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça	
FLÁVIO AMÉRICO FRASSETO.....	697
43. O adolescente em conflito com a lei e sua responsabilidade: nem abolicionismo penal nem direito penal máximo	
JOÃO BATISTA COSTA SARAIVA.....	725
44. A idade e as razões - Não ao rebaixamento da imputabilidade penal	
JOÃO BATISTA COSTA SARAIVA.....	745
45. La política criminal ante el hecho penalmente antijurídico cometido por un menor de edad	
JESÚS-MARÍA SILVA SÁNCHEZ.....	757
46. Gato por lebre: a ideologia correcional no Estatuto da Criança e do Adolescente	
KARYNA BATISTA SPOSATO.....	779
47. A irresponsabilidade penal do adolescente	
LUÍS FERNANDO CAMARGO DE BARROS VIDAL.....	795
48. Medidas Sócio-Educativas	
LUÍS FERNANDO CAMARGO DE BARROS VIDAL.....	803
49. 300 anos de construção das políticas públicas para crianças e adolescentes	
ROBERTO DA SILVA.....	825

CAPÍTULO VIII CRIME ORGANIZADO

50. A legislação brasileira em face do crime organizado	
ADA PELLEGRINI GRINOVER.....	841
51. Observações sobre a lei de repressão ao crime organizado	
ADHEMAR FERREIRA MACIEL.....	857

52. La criminalidad organizada en Italia: la respuesta normativa y los problemas de la praxis ANDREA R. CASTALDO	869
53. Organizações criminosas no Direito Penal Brasileiro: o estado de prevenção e o princípio da legalidade estrita BEATRIZ RIZZO CASTANHEIRA	883
54. Criminalidade organizada: tendências e perspectivas modernas em relação ao direito penal transnacional DAMÁSIO E. DE JESUS	917
55. Crime organizado e sistema jurídico brasileiro: a questão da conformação típica LUIZ REGIS PRADO BRUNA AZEVEDO DE CASTRO	925
56. Direitos humanos, processo penal e criminalidade organizada MARIO CHIAVARIO	961
57. "Referente Comunitario" como base de una lucha eficaz contra la delincuencia organizada RAÚL CERVINI	977
58. Criminalidade organizada de tipo mafioso e poder político na Itália STANISLAO RINALDI	995
59. Límites del estado de derecho para el combate contra la criminalidad organizada WINFRIED HASSEMER	1015

